

HISTÓRIA E CULTURAS

A CULTURA AMAZÔNIDA DE SANTARÉM, NO OESTE PARAENSE: UMA INVESTIGAÇÃO DAS INTERFACES ENTRE POLÍTICAS CULTURAIS NACIONAIS E MUNICIPAIS, E A GESTÃO DA CULTURA LOCAL

Yanna Canto¹

Itamar Rodrigues Paulino²

Elaine Cristina dos Santos Caetano³

19

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19161793>

Resumo: A presente pesquisa apresenta os resultados de uma investigação das interfaces entre políticas públicas de cultura e a gestão da cultura no município de Santarém, na região oeste do estado do Pará, nos últimos nove anos. O estudo busca responder à questão científica: as políticas culturais desenvolvidas no município de Santarém nos últimos nove anos ocorreram de acordo com os parâmetros democráticos e participativos propostos pelo Sistema Nacional de Cultura, gerando acesso aos bens culturais, e como os modelos de gestão da cultura local se apresentam diante do processo de construção, desenvolvimento e permanência de tais políticas? O objetivo maior da investigação é fornecer um leque de discussões científicas sobre cultura e políticas culturais desde a implantação do Sistema Nacional de Cultura e dos subsistemas estaduais e municipais de cultura, além de apresentar um contexto dos fazeres culturais amazônidas de Santarém, numa perspectiva de políticas e gestão da cultura local. A pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas de campo, busca responder se as políticas culturais desenvolvidas nos últimos nove anos seguiram os parâmetros democráticos e participativos propostos pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC). Além disso, avalia se essas políticas geraram acesso aos bens culturais pela população local e analisa os modelos de gestão cultural no município. A pesquisa aponta que a gestão cultural em Santarém enfrenta desafios consideráveis, incluindo a ausência, o autoritarismo e a descontinuidade na implementação das políticas culturais. O estudo aponta para a necessidade de regulamentação completa do SMC e a convocação de uma Conferência Municipal de Cultura para desenvolver um Plano de Cultura, visando uma gestão participativa e democrática que promova o acesso e a preservação dos bens culturais no município.

Palavras-chave: Política. Cultura. Gestão. Política Cultural.

¹Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil (2024)

²Docente e pesquisador da Universidade Federal do Oeste do Pará, Pós-doutorado em Literatura de Expressão Amazônica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

³Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA, Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida na Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA

HISTÓRIA E CULTURAS

Abstract: This research presents the results of an investigation into the interfaces between public cultural policies and cultural management in the municipality of Santarém, in the western region of the state of Pará, over the past nine years. The study aims to answer the scientific question: Have the cultural policies developed in the municipality of Santarém over the past nine years adhered to the democratic and participatory parameters proposed by the National System of Culture, providing access to cultural assets, and how do the local cultural management models present themselves in the process of construction, development, and permanence of these policies? The primary objective of the investigation is to provide a range of scientific discussions on culture and cultural policies since the implementation of the National System of Culture and its state and municipal subsystems, as well as to present a context of the cultural practices in Santarém from a perspective of local cultural policy and management. The qualitative research, based on field interviews, seeks to determine whether the cultural policies developed in the past nine years followed the democratic and participatory parameters proposed by the National System of Culture (SNC). Furthermore, it evaluates whether these policies provided access to cultural assets for the local population and analyzes the cultural management models in the municipality. The research indicates that cultural management in Santarém faces considerable challenges, including absence, authoritarianism, and discontinuity in the implementation of cultural policies. The study highlights the need for complete regulation of the Municipal System of Culture (SMC) and the convening of a Municipal Conference on Culture to develop a Cultural Plan, aiming for a participatory and democratic management that promotes access to and preservation of cultural assets in the municipality.

Keywords: Policy. Culture. Management. Cultural Policy.

1 INTRODUÇÃO

A cultura desempenha um papel fundamental nas sociedades, funcionando como um elo que conecta os indivíduos a grupos específicos através de interações sociais e significados simbólicos construídos ao longo da história. Esta rede de elementos culturais, enraizada na ancestralidade e ramificada pelas vivências individuais e coletivas, é essencial para a formação da identidade e do sentimento de pertencimento, tanto em termos globais, como cidadãos de uma nação, quanto locais, como membros de grupos sociais específicos. A cultura permite que futuras gerações acessem suas raízes identitárias e mantenham viva a ligação com seu legado histórico e cultural.

Santarém, localizada na região oeste do Pará, possui uma rica herança cultural com vestígios de antigas tribos datadas de até 11.000 anos atrás (Roosevelt et al., 1996). A colonização europeia trouxe profundas mudanças, silenciando e eliminando muitas dessas culturas originárias. Apesar

HISTÓRIA E CULTURAS

dessa devastação histórica, as tradições culturais da Amazônia, incluindo as do Baixo Amazonas, têm resistido às pressões contemporâneas. No entanto, há um alerta para a sociedade local sobre a necessidade de reconhecer e proteger seu patrimônio cultural. Fortalecer as manifestações culturais e a identidade local é crucial para empoderar a comunidade e promover a participação em políticas públicas de cultura que visam conservar e valorizar essa rica herança.

Assim como em outras regiões da Amazônia, as culturas do Baixo Amazonas têm resistido com suas tradições populares, como festas, rituais, danças, música e culinária, às depredações contemporâneas promovidas por governos e instituições econômicas. No entanto, há um alerta importante para a sociedade local: a pouca atenção dada à importância de seu patrimônio cultural. Essa sociedade deveria assumir um papel mais ativo como representante e defensora desse patrimônio. É por meio das manifestações culturais, da constituição de sua identidade e da manutenção permanente de seus registros memoriais que um povo pode empoderar sua própria pertença cultural. Isso, por sua vez, incentiva atitudes protetivas em relação aos seus patrimônios culturais e a participação em processos de políticas públicas de cultura. O objetivo é conservar, preservar e fortalecer a dimensão cultural na região do Baixo Amazonas e do Baixo Tapajós, especialmente no município de Santarém.

O objetivo principal desta investigação é responder à questão científica central: as políticas culturais desenvolvidas no município de Santarém nos últimos nove anos foram implementadas conforme os parâmetros democráticos e participativos propostos pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC)? Além dessa questão central, buscamos também responder: as políticas culturais implementadas no período estudado proporcionaram acesso aos bens culturais para a população local? Como os modelos de gestão da cultura local se apresentam diante do processo de construção, desenvolvimento e manutenção dessas políticas?

Para abordar essas questões, é essencial definir o contexto histórico da investigação, situando-a no período de implantação do SNC, iniciado pelo Governo Federal em 2003, sob a liderança do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Naquele ano, seminários intitulados “Cultura para Todos” foram realizados em várias regiões do Brasil para discutir a criação do SNC. Também foi criada a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) para institucionalizar o SNC. A partir da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), ocorrida em 2005 e precedida por conferências regionais, estaduais e municipais, foram estabelecidas as prioridades para a implantação do SNC.

Santarém, que aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 2013, está atualmente no processo de completar o ciclo de implantação do Sistema Municipal de Cultura, contribuindo para a democratização do acesso à cultura e a valorização da diversidade étnica e cultural local. Nossa proposta

HISTÓRIA E CULTURAS

é investigar questões de política e gestão pública da cultura em Santarém, a partir de um inventário dos patrimônios culturais existentes, sejam eles reconhecidos ou não, levantamento das demandas dos segmentos culturais e da sociedade, definição de indicadores que possam quantificar as políticas culturais implantadas, mapeamento do patrimônio cultural do município e análise da gestão cultural. Além disso, buscamos compreender o papel das pessoas envolvidas nos processos de produção e gestão cultural em Santarém.

2 CULTURAS NA AMAZÔNIA: ENTRE O DIREITO DE TODOS E A OBRIGAÇÃO DO ESTADO

A Amazônia, habitada por diversos povos ao longo dos milênios, continua sendo objeto de estudo por vários pesquisadores. Apesar do desenvolvimento social e econômico, muitas questões permanecem sem resposta e há lacunas no entendimento desse processo. Uma análise aprofundada das culturas na Amazônia, considerando os direitos de todos e os deveres do Estado brasileiro, requer uma fundamentação baseada em concepções contemporâneas de cultura.

Para compreender amplamente o conceito de cultura, é necessário abordar contextos históricos e teóricos, trazendo à discussão pensadores e pesquisadores de várias escolas de pensamento, principalmente dos séculos XVIII, XIX e XX. O conceito de cultura tem diferentes vertentes e é analisado por diversos estudiosos ao longo dos séculos, sendo essencial considerar esses contextos para entender o desenvolvimento das instituições sociais através dos processos culturais dos povos.

A teorização do conceito de cultura ao longo da história humana não é consensual. No entanto, podemos chegar a algumas aproximações que permitem uma interpretação particular do tema. Segundo Vaz (1966), quando o ser humano descobre o sentido de cultura, ele se reconhece em uma situação coletiva e percebe sua capacidade de criar e transformar ambientes, promovendo uma transição do estado natural de horda para uma sociedade complexa com alto grau de comportamento cultural. O processo de criação cultural permite ao ser humano tomar consciência de si mesmo. Vaz (1966) afirma que:

“A paisagem humana é construída pelas obras culturais, pois só elas atestam ao homem a essência e o sentido de sua presença no mundo: a presença de um sujeito que compreende, transforma e significa. Elas são a objetivação da essência do homem como consciência de si” (Vaz, 1966, p. 5)

Nesse sentido, Campomori (2008) corrobora que é por meio das vivências culturais, pessoais e coletivas, que o ser humano adquire sua identidade, fundamental para tornar-se membro de um grupo ou sociedade. Nesse ambiente coletivo, ele constrói suas relações, signos e simbologias, essenciais para a comunicação, convivência e participação na vida cotidiana da sociedade.

HISTÓRIA E CULTURAS

No período moderno, com a abordagem iluminista sobre cultura, o termo passou a ser associado às manifestações artísticas como dança, música, literatura e teatro. Bauman, em “A Cultura no Mundo Líquido Moderno” (2013), historiciza a cultura como um elemento que evidencia diferenças de classe e identifica a beleza como um elemento social de separatismo, resultado de processos de opressão e dominação pelas classes superiores. Segundo Bauman:

“A cultura era utilizada como fator estratégico de educação de massas para aproximá-las das classes dominadoras, não para o empoderamento daquelas contra estas, mas como submissão com o exercício imitativo de comportamentos culturais da classe elitista” (Bauman, 2013, p. 14)

Essa proposição aponta para um abismo entre os intelectuais que detinham o conceito de cultura e os indivíduos que pouco compreendiam sobre ele. No final do medievalismo e início do Renascimento, a cultura já era utilizada como ferramenta estratégica para separar classes, uma prática que se estendeu no período iluminista com a expansão das teorias evolucionistas de Charles Darwin. Vários pensadores transportaram a teoria da evolução para o nível da cultura humana, sugerindo que, assim como na natureza, apenas as culturas mais adaptáveis sobreviveriam.

Os gregos antigos também utilizaram a cultura como ferramenta de distinção, dividindo a sociedade entre helênicos e bárbaros. Paulino (1997) explica que Alexandre, o Grande, reconheceu as tradições orientais e buscou uma fraternização das culturas, levando muitos povos a perderem sua identidade original.

“O helenismo foi uma forma de vida marcante, que se manifestava em instituições como a cidade-estado. A língua grega tornou-se universal, utilizada no comércio, militar e educacional, simbolizando respeitabilidade e status social” (Paulino, 1997, p. 18–19).

Os gregos consideravam bárbaro qualquer povo que não falasse o grego Koiné ou não compartilhasse dos valores da cultura helênica. Petrópoulos (Petrópoulos, 2017) esclarece que o termo “bárbaro” era uma construção mental dos gregos para expressar desprezo pelas culturas alheias, derivado da percepção dos idiomas estrangeiros.

A partir do século V a.C., o conceito de bárbaro ampliou-se para se referir às diferenças linguísticas e modos de vida entre gregos e não gregos. Os gregos se consideravam refinados e cultos, enquanto os bárbaros eram vistos como selvagens e primitivos. Le Goff (2016) destaca essa distinção como um fator de segregação cultural que perdurou ao longo dos séculos.

Nas discussões etimológicas, Bosi e Capinha (1992) apontam que as palavras cultura, culto e colonização derivam do verbo latino “colo”, significando “ocupar a terra, trabalhar, cultivar”. Originalmente relacionado ao cultivo do solo, o termo cultura evoluiu para um estatuto imaterial, representando também um processo espiritual. Eagleton (2005) complementa essa visão ao afirmar que a

HISTÓRIA E CULTURAS

palavra ‘cultura’ guarda resquícios de uma transição histórica importante, codificando várias questões filosóficas e sociais ao longo do tempo.

Compreender a cultura a partir de um modelo europeu padronizado leva a preconceitos que impedem a percepção da pluralidade e diversidade cultural das sociedades. A cultura amazônica, rica e diversa, desafia tais padronizações, exigindo um olhar atento às especificidades locais e aos processos históricos que moldaram a região. As culturas do Baixo Amazonas, por exemplo, têm resistido às depredações contemporâneas de governos e instituições econômicas através de suas tradições populares, como festas, rituais, danças, música e comida. No entanto, a sociedade local muitas vezes não reconhece a importância de seu patrimônio cultural e a necessidade de protegê-lo.

Assim, é fundamental que a sociedade local se conscientize da importância de suas manifestações culturais, identidades e registros memoriais para empoderar sua pertença cultural. Esse empoderamento é essencial para a proteção dos patrimônios culturais e para a participação em processos de políticas públicas de cultura que visem conservar, preservar e fortalecer a dimensão cultural da região do Baixo Amazonas e do Baixo Tapajós, especialmente no município de Santarém.

A cultura amazônica é um testemunho vivo da resistência e adaptação dos povos ao longo da história. A preservação e valorização dessas culturas são responsabilidades tanto da sociedade local quanto do Estado. O reconhecimento do direito de todos à cultura e a obrigação do Estado de proteger e promover essa diversidade cultural são essenciais para a construção de uma sociedade inclusiva e plural.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

A interação dinâmica entre sociedade e Estado no campo das ideias impulsiona e celebra discussões sobre políticas culturais de patrimônio, estabelecendo bases sólidas para essa relação. Em países plurais e multiétnicos como o Brasil, gestores culturais enfrentam desafios que podem ser superados através da parceria com a sociedade na formulação e aplicação de políticas culturais e no apoio às atividades socioculturais. Políticas culturais representam intervenções do Estado, instituições civis e grupos comunitários para orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais e promover uma ordem ou transformação social consensual (Rubim, 2007).

Historicamente, no século XIX, o Brasil adotava padrões culturais europeus, perceptíveis nos produtos e práticas da época. Esse alinhamento começou a mudar no início do século XX, especialmente com a Semana de Arte Moderna de 1922, que marcou a ruptura com tradições europeias e a promoção de novas experimentações culturais, consolidando o Movimento Modernista no país (Ferreira; Pinto, 2006). Este evento foi um divisor de águas na evolução artística e cultural brasileira, promovendo a identidade cultural nacional (Ajzenberg, 2012).

HISTÓRIA E CULTURAS

O Movimento Antropofágico, iniciado por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral em 1928, desafiou a tutela europeia sobre a cultura, propondo a assimilação crítica de influências externas. Esse movimento destacou a originalidade cultural brasileira e redefiniu conceitos de civilização e cultura na América (de Almeida, 2002). Andrade utilizou metaforicamente o termo “antropofagia” para indicar a necessidade de devorar e transformar os valores da cultura dominante em algo próprio e original (dos Santos Jr; Brito, 2011).

No período Getúlio Vargas, surgiram as primeiras políticas culturais públicas no Brasil, como a criação do SPHAN e do Ministério da Educação e Saúde Pública. O governo Vargas utilizou a cultura para promover a identidade nacional e fortalecer a nação, implementando políticas que integravam cultura e política, criando instituições culturais e promovendo a diversidade cultural (da Silva, 2007). Segundo Barbalho (2007), essa estratégia visava unir a população brasileira em torno de uma identidade nacional comum.

Na década de 1970, sob o regime militar, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) se reorganizou, criando a FUNARTE e outras instituições para promover atividades culturais. A Política Nacional de Cultura de 1975 definiu diretrizes para a cultura sob os governos militares, enfatizando a racionalização, planejamento e mercantilização da cultura (Azevedo, 2016). Em 1981, a Secretaria de Cultura do MEC substituiu a Secretaria de Assuntos Culturais, continuando o projeto de Mário de Andrade e implementando programas para a reconstrução das cidades históricas brasileiras (Corá, 2014).

O Ministério da Cultura (MinC), separado do Ministério da Educação, nasceu em 1985, após duas décadas de ditadura, e com o advento da redemocratização, no governo José Sarney. Nesse tempo, houve grande expectativa em torno da criação do Ministério da Cultura, já que, com a desvinculação da Educação, restaram poucos recursos e força política, resultando na incapacidade financeira para gerir instituições que foram agregadas a sua administração, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), o Conselho Nacional de Cinema (Concine), e autarquias como a Embrafilme, a Funarte, Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj).

Com a Constituição Federal de 1988, ocorreram avanços na definição do que seriam os patrimônios culturais brasileiros, permitindo ao País redefinir seus patrimônios materiais e imateriais para que de fato eles pudessem garantir a representatividade da sociedade brasileira, fortemente pluralista. A Constituição Brasileira em seu artigo 216 define como o Estado brasileiro considera o Patrimônio Cultural, bem como ampara e assegura os direitos dos grupos ou indivíduos, direciona as ações e obrigações do poder público, e possíveis penalidades em decorrência do descaso. Neste

HISTÓRIA E CULTURAS

mesmo artigo se projetam formas de expressão, modos de criar, fazer e viver entre outros. Além disso, o Estado deve garantir a proteção de sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Após 10 anos de existência da nova Constituição Federal, entre instabilidades políticas, sociais e econômicas, a gestão da cultura regride em seu status quando, no ano de 1990, o governo Collor deixa de ser um Ministério e torna-se Secretaria, recompondo a estrutura da cultura brasileira, centralizando sua ação em duas estruturas organizacionais, Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) e Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC).

Com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao poder de visão política neoliberal, a cultura passa a ser vista e gerida como uma dimensão que pode resultar em “um bom negócio”, e sob o domínio do Mercado, a Secretaria de Cultura começa a concentrar seus recursos para a cultura, de acordo com os seus interesses, a partir da reformulação legislativa com a edição da Lei Federal de Incentivo à Cultura de nº 8.313 (conhecida como Lei Rouanet), que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), com o objetivo de captar e canalizar recursos para setores culturais (Brasil, 1991).

A Lei Rouanet se tornou a âncora da principal política cultural desse período. Apesar do perceptível aumento no aporte de recursos investido no setor cultural, uma das principais fragilidades no processo refere-se à concentração dos recursos em grandes regiões do país, bem como o poder de escolha dos projetos a serem financiados nas mãos do Mercado, que tem direcionado os recursos para projetos culturais de maior visibilidade, deixando na margem as culturas mais populares.

A partir dos anos 1990, o Estado brasileiro adotou o mecenato como um dos principais mecanismos de financiamento cultural. Através desse instrumento, o protagonismo do financiamento e execução das ações de cultura passam a ficar sob a tutela de instituições privadas que adotam o incentivo fiscal como meio de impulsionar os projetos culturais com recursos provenientes de tributos, trabalhados a partir da seleção de projetos culturais por meio de editais. Com isso, a cultura passou a ser financiada pela Lei Rouanet (Lei nº 8.313/1991), e pela Lei do Audiovisual (Lei nº 8.685/1993), cujo incentivo ao financiamento é a renúncia fiscal.

No ano de 1994, é assinada pelo então Presidente brasileiro Itamar Franco, a Medida Provisória nº 752, de 6 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a alteração nas leis nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e nº 8.876, de 2 de maio de 1994, especialmente o artigo 6, com a redação:

“Artigo 6º - O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - passam a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, mantidas as suas competências de naturezas jurídicas. (...)”

HISTÓRIA E CULTURAS

Assim, passou a ser de responsabilidade do IPHAN todo o processo de registro de bens de natureza cultural material e imaterial, bem como zelar por sua preservação e conservação. Além de definir normas de tombamento e atuar como órgão fiscalizador dos bens patrimoniais nacionais. No ano 2000, a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), reguladora independente, foi institucionalizada para regular e fomentar o cinema. Nesse mesmo período, as políticas públicas de cultura trouxeram uma nova visão sobre patrimônio no País, desde a criação do Iphan até a implantação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (Cora, 2014).

Durante a gestão do Governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2011), houve um grande impulso às Políticas Públicas de Cultura. Nesse período, o país começa a caminhar em direção a uma nova forma de pensar a cultura e de gerir a diversidade que o país abriga. O Programa de Governo utilizado nesse período alinhava-se aos documentos e estudos realizados e avaliados internacionalmente em um contexto em que a cultura é tratada como direito básico no desenvolvimento e no fortalecimento da democracia. Nessa perspectiva, o MinC encampou o compromisso de tornar realidade as novas políticas culturais. Conforme Chauí:

“Numa cidade polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados, propor uma política cultural supõe decisões mais amplas, definição clara de prioridades, planejamento rigoroso dos recursos. [...] Numa perspectiva democrática, as prioridades são claras; trata-se de garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios” (Chauí, 2021, p.85)

Nesse contexto, em dezembro de 2003, o MinC desenvolve o Plano Nacional de Cultura, com a função de criar um instrumento jurídico e institucional de articulação de políticas públicas culturais no País, alinhando-se às ações desenvolvidas para a cultura e ampliando a cidadania cultural, conforme destaca Calabre (2014), a criação do Plano Nacional de Cultura foi um marco na institucionalização da cultura brasileira.

A busca por garantir que os direitos culturais previstos no Art. 215 da Constituição Federal (1988), que defende que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”, e a meta de integrar políticas públicas e ações do estado, promover a cultura de forma equitativa e dar acesso aos meios de produção e fruição cultural à população brasileira, independentemente de sua condição social, foram objetivos perseguidos por meio do Plano Nacional de Cultura (Calabre, 2014).

A Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), reconhecida pela Lei Cultura Viva (Lei nº 13.018/2014), surge como uma inovação importante, ao propor um modelo de gestão que permite a participação social e coloca em seu centro a diversidade cultural brasileira. Essa política se baseia

HISTÓRIA E CULTURAS

na identificação, mapeamento e apoio a iniciativas culturais existentes nas comunidades, buscando uma maior inclusão e fortalecimento das expressões culturais locais. Em 2014, a Lei Cultura Viva foi sancionada, consolidando a PNCV como uma política de Estado, o que garante a continuidade e o fortalecimento da diversidade cultural brasileira.

A partir da gestão de Michel Temer (2016-2018), a fusão e posterior separação do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação geraram um clima de instabilidade na gestão da cultura, que foi agravada pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), que propôs e realizou o desmantelamento das estruturas de gestão da cultura e reduziu drasticamente os recursos destinados ao setor. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, foi aprovada a Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020), que destinou recursos emergenciais para o setor cultural, fortemente impactado pela crise sanitária.

Em 2023, o novo governo Luiz Inácio Lula da Silva recriou o Ministério da Cultura e se comprometeu com a ampliação das políticas públicas de cultura, focando em retomar e ampliar os avanços das gestões anteriores, com destaque para a implementação do Sistema Nacional de Cultura, a valorização do patrimônio cultural e o fortalecimento das políticas de inclusão e diversidade cultural. O Ministério da Cultura, revitalizado, tem como desafio garantir a continuidade e ampliação das políticas culturais, promovendo o acesso democrático à cultura e a valorização da diversidade cultural brasileira.

No ano de 2012, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi inserido no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo um modelo de organização participativa e descentralizada.

O SNC é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e promoção de políticas culturais permanentes, articuladas entre os entes federativos e a sociedade. Instituído pela Emenda Constitucional nº 71/2012, o SNC segue as diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC), com o objetivo de “promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais”.

Atualmente, 3070 municípios e 27 estados/DF aderiram ao SNC, embora a adesão não implique necessariamente na implementação completa dos componentes do SNC. No estado do Pará, por exemplo, apenas 33% das regiões de integração e nenhum município concluíram o processo do Sistema Municipal de Cultura.

A assinatura da Lei Aldir Blanc I em 2020 e da Lei Paulo Gustavo em 2022 incentivou o Estado do Pará a acelerar a implantação do Sistema Estadual de Cultura. A atuação da Secretária de Estado da Cultura do Pará entre 2019 e 2022 foi fundamental para esse processo. No entanto, ainda há lacunas na documentação e na efetiva implementação dos componentes do Sistema Estadual e Municipal de Cultura.

HISTÓRIA E CULTURAS

A participação nas Conferências Nacionais de Cultura tem sido limitada, com pouca representação da região oeste do Pará. As conferências discutiram temas como produção simbólica, diversidade cultural, cidadania, desenvolvimento sustentável e economia criativa, destacando a importância da cultura no desenvolvimento socioeconômico.

A mobilização da gestão municipal de Santarém e das organizações culturais resultou na adesão ao SNC e na realização de conferências municipais e estaduais. A aprovação da Lei nº 20.033 de 2016 foi um marco, mas a implementação dos instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura ainda enfrenta desafios, como a aprovação de legislações complementares e a efetivação dos componentes previstos.

Nesse contexto, a presente pesquisa aborda as políticas públicas direcionadas à cultura no município de Santarém, implantadas e conduzidas pelas gestões nos últimos 10 anos. O ponto de partida escolhido foi a data de adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a análise de como os modelos de gestão da cultura local influenciaram o processo de construção e permanência dessas políticas. Para garantir um recorte apropriado e regulador da coleta de informações, o estudo concentrou-se na atuação dos gestores públicos de cultura que estiveram à frente da Secretaria de Cultura de Santarém desde 2013. A pesquisa visa responder à seguinte questão científica: *as políticas culturais desenvolvidas em Santarém nos últimos nove anos ocorreram de acordo com os parâmetros democráticos e participativos propostos pelo SNC, gerando acesso aos bens culturais?*

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Local da Pesquisa

A pesquisa focou no município de Santarém, Estado do Pará, que tem uma rica história cultural influenciada por povos indígenas, colonizadores e africanos escravizados. Santarém está situada na região oeste do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, e é acessível por vias terrestres, aéreas e hidroviárias.

4.2 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

A investigação caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, seguida de uma abordagem descritiva, utilizando entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa exploratória busca, por meio de métodos e critérios específicos, aproximar-se da realidade do objeto estudado. Neste caso, são os procedimentos das gestões municipais de cultura de Santarém e a implantação de políticas públicas de cultura via Sistema Municipal de Cultura.

HISTÓRIA E CULTURAS

Inicialmente, o foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema, utilizando entrevistas, estudos documentais e teóricos. A pesquisa exploratória é uma metodologia frequentemente aplicada nas fases iniciais de uma investigação científica. Posteriormente, a pesquisa é ampliada por processos descritivos, visando um estudo detalhado com levantamento, análise e interpretação de dados. O pesquisador atua como observador, mantendo-se distante do objeto de estudo para não influenciar os resultados obtidos, sendo que os dados coletados incluem informações qualitativas e quantitativas. Para a coleta dessas informações, foram utilizados questionários e outras técnicas de levantamento de dados.

A pesquisa fundamenta-se em referências bibliográficas e documentais relacionadas às políticas públicas de cultura em nível nacional, estadual e local, refletindo o estado da arte do conteúdo pesquisado. Adotou-se também uma abordagem qualitativa, permitindo compreender como os participantes da pesquisa pensam e agem diante do problema estudado, comparando com dados referenciais e documentais.

A pesquisa de campo envolveu a coleta de dados junto aos gestores municipais de cultura entre 2013 e 2022. O ponto de recorte da pesquisa é a assinatura da adesão de Santarém ao SNC, durante a gestão do prefeito Alexandre Von, em 26 de abril de 2013, e publicada no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2013.

O questionário aplicado foi dividido em três blocos temáticos, totalizando 14 perguntas. Para o processo de entrevistas, foram apresentadas a pesquisa e os questionários aos participantes, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta de informações ocorreu por meio de entrevistas e análise posterior das respostas ao questionário.

4.3 Sujeitos da Pesquisa

As entrevistas foram direcionadas aos ex e atual gestores municipais de cultura de Santarém, abrangendo o período de 2013 a 2022. Esse período inclui as gestões dos secretários Raimundo Nonato Aguiar (2013-2016) e Luis Alberto Figueira (2017-Atual). As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2021 e janeiro de 2022.

Na primeira etapa, foi entrevistado Raimundo Nonato Aguiar, secretário de cultura de 2013 a 2016. A entrevista foi realizada via e-mail e telefone, seguindo medidas de biossegurança. Na segunda etapa, a entrevista com Luis Alberto Figueira, secretário de cultura desde 2017, foi realizada presencialmente.

4.5 Questionário e coleta de dados em campo

HISTÓRIA E CULTURAS

O questionário aplicado visava coletar narrativas dos entrevistados, estruturado em 14 questões divididas em três blocos: i) Relação do Poder Público Municipal com os Segmentos Culturais; ii) Efetividade das Políticas Culturais; iii) Expectativas das Políticas Culturais para Santarém. Foram coletados dados identificadores dos entrevistados, incluindo nome completo, período de atuação, formação acadêmica e profissional, e tempo de atuação em ações culturais.

4.6 Análise dos dados coletados

Os dados coletados são apresentados por meio das narrativas analisadas, seguindo os tópicos organizadores das questões da entrevista. A análise pretende proporcionar uma compreensão objetiva e proativa das narrações, relacionando-as com os referenciais teóricos utilizados na composição do estado da arte desta pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 A relação do poder público municipal com os segmentos culturais

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi criado como um instrumento de gestão da cultura nacional, visando ao alinhamento sistemático das políticas públicas culturais no Brasil. Esse sistema trouxe uma nova proposta de diálogos para estreitar as relações entre o poder público e os segmentos culturais. No entanto, esses diálogos nem sempre ocorrem de forma pacífica, e raramente se alcança a compreensão da importância dessa relação para o fortalecimento do processo de construção das políticas culturais.

O município de Santarém tem desenvolvido ações desde 2013 para integrar o SNC. A necessidade de implantação do SNC exigiu a criação de estratégias por parte dos gestores públicos para facilitar o diálogo com a sociedade, um aspecto fundamental exigido pelo sistema. A relação do Poder Público Municipal de Santarém com os segmentos culturais organizados possui similaridades com a de muitos municípios brasileiros. Historicamente, a política no Brasil tem sido caracterizada por decisões impostas pelos gestores e vulneráveis a constantes mudanças de gestão, o que frequentemente leva ao desmonte e remonte de estruturas promotoras de políticas públicas conforme os interesses políticos da gestão em ascensão.

Ao analisarmos as políticas públicas de cultura no Brasil através de uma linha do tempo das leis culturais, percebemos que, embora lentamente, algumas políticas culturais foram implementadas, condicionadas às pressões da sociedade organizada sobre o poder público. Com as novas percepções sobre o conceito de cultura, especialmente a partir do início do século XXI, o conceito foi ampliado para incluir dimensões simbólicas, econômicas e cidadãs, destacando a importância do

HISTÓRIA E CULTURAS

diálogo democrático e participativo entre o Estado e a sociedade. O Estado deve agir como facilitador das estratégias necessárias para atrair a sociedade para dentro de suas estruturas, estimulando o exercício da cidadania, o que nem sempre é simples na visão dos gestores. Ao questionarmos a relação dos gestores com os segmentos culturais na construção de políticas públicas em Santarém, analisamos os depoimentos dos gestores municipais. Raimundo Nonato Aguiar (Nato Aguiar), ex-secretário municipal de cultura, relatou:

“Quando estive secretário municipal de cultura, iniciamos um diálogo com atores de todos os segmentos culturais em Santarém. Iniciamos com um Fórum de Cultura em 2013 para ouvirmos e incentivarmos a organização dos coletivos culturais locais e, também, para, mediante as propostas elencadas no fórum, iniciarmos a criação do Sistema Municipal de Cultura. Infelizmente ocorreram rupturas nesse diálogo que não permitiram a finalização do processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura em Santarém.” (Entrevista transcrita)

Nato Aguiar destacou que, durante sua gestão, foram realizados diálogos com os fazedores de cultura do município para a criação do Sistema Municipal de Cultura (SMC). Entretanto, devido a rupturas no processo, ele não conseguiu implementar todas as etapas necessárias para a existência jurídica e legal do SMC.

Luís Alberto Figueira (Pixica), sucessor de Nato Aguiar, afirmou:

“Eu, sinceramente, ainda vejo essas políticas culturais sendo enfrentadas algumas vezes como políticas partidárias e fico triste por conta disso. Porque em minha cabeça não existe bandeira política partidária na cultura. O que existe são políticas culturais. E a nossa bandeira é a cultura. E como tal, todos os segmentos poderiam entender dessa forma para fortalecer no geral a cultura. O que eu vejo é que alguns segmentos puxam para a questão político-partidária e aí não dá certo. Se a gente misturar política partidária com atividade cultural, a gente incorre num erro muito grave que é partidizar a cultura e isso não é possível. Então, essa é uma das dificuldades que eu enfrento na gestão municipal da cultura” (Entrevista transcrita)

Pixica defendeu um modelo de gestão suprapartidário, criticando a atuação político-partidária de alguns segmentos culturais, o que, segundo ele, dificulta a gestão da cultura.

5.2 Efetividade das políticas culturais em Santarém

Os contrastes nas falas dos entrevistados refletem os impactos da ausência dos gestores municipais nas primeiras conferências nacionais de cultura realizadas em 2005 e 2010. A compreensão da lógica organizacional do SNC e do SMC só começou a se firmar a partir de 2013, quando a adesão ao pacto pela implantação do SNC foi evocada. Sem um vínculo institucional, regimental, legal e propositivo entre as três esferas do governo, o sistema se torna frágil e inacessível para a

HISTÓRIA E CULTURAS

sociedade. A falta de compreensão dos componentes do SNC e de sua estrutura dificulta o aperfeiçoamento das relações entre Estado e sociedade. Portanto, os embates ideológicos entre a sociedade e o Estado são necessários para a construção de políticas públicas de cultura sólidas e permanentes. Os desafios enfrentados pelos gestores de Santarém poderiam ter sido transformados em oportunidades para a criação de bases sólidas na implantação do SMC, principalmente considerando a diversidade cultural da região e as demandas conhecidas dos segmentos culturais locais.

A inacessibilidade ao sistema também se reflete na demora do Estado do Pará e do município de Santarém em assinarem o termo de adesão ao pacto pelo SNC com a União, o que gerou equívocos conceituais sobre as políticas culturais implementadas entre 2013 e 2021. Para superar as desconfiças e os dilemas culturais, é urgente um pacto pela implantação definitiva das leis complementares regimentais do SMC, em que todos os segmentos culturais, o gestor municipal, as entidades civis e as instituições privadas se comprometam a superar as barreiras político-partidárias em prol da cultura.

Segundo Nato Aguiar, a inconclusão do SMC se deveu ao período eleitoral, que impediu a posse do Conselho Municipal de Cultura, deixando a continuidade do processo para a gestão seguinte. Nato Aguiar enfatizou que:

“Do ponto de vista de políticas culturais, até hoje, apenas a sanção da lei do Sistema Municipal de Cultura, em junho de 2016 e que, devido à proibição do Ministério Público em decorrência do período eleitoral, não conseguimos empossar o Conselho Municipal de Cultura, porém, deixamos todas as articulações e proposições prontas para que o próximo gestor da pasta desse prosseguimento.” (Entrevista transcrita)

Pixica, atual secretário de cultura, relatou diversas atividades culturais retomadas desde 2017, como o Festival de Música do Tapajós e o Festival Folclórico, além da preservação do Sairé, como políticas necessárias para a manutenção da cultura. No entanto, ele não mencionou a continuidade e finalização do processo de implantação do SMC, nem o apontou como uma política necessária para fomentar e preservar a cultura local.

As narrações dos entrevistados apresentam uma compreensão limitada do conceito de políticas públicas de cultura. Para eles, Política Cultural é sinônimo de ações pontuais para cumprir o calendário de eventos locais ou incentivar apresentações culturais e projetos de alguns grupos de referência, desconsiderando a importância da implantação do SMC como parte do desenvolvimento cultural da região. Canclini (2001) defende que as intervenções sistemáticas devem ser implementadas conforme legitimadas pelos grupos sociais e realizadas em consonância com o Estado, promovendo transformações cidadãs, sociais e coletivas. Assim, o SMC é fundamental para planejar, gerir, valorizar e preservar as ações culturais dos diversos segmentos sociais.

HISTÓRIA E CULTURAS

O processo democrático e participativo proposto pelos sistemas de cultura exige o comprometimento dos gestores em qualificar os membros das instituições de cultura, os fazedores de cultura e os conselhos de políticas culturais municipais. O gestor local deve se comprometer com o compartilhamento de conhecimento, como fez o Governo Federal desde a implantação do SNC em 2003.

Embora o Governo Federal tenha oferecido capacitações e seminários, os gestores municipais de cultura ainda não conseguiram abarcar a responsabilidade de sensibilizar e capacitar os membros das secretarias municipais e os fazedores de cultura, utilizando as ferramentas do SNC. A dificuldade em receber demandas dos segmentos culturais e estabelecer um diálogo discursivo necessário ao desenvolvimento e fortalecimento das ações culturais locais persiste.

Para superar a cultura de gestão impositiva, é necessário que o poder público se perceba como parte de um sistema que promove a interação e integração da sociedade, acionando princípios fundamentais como igualdade, liberdade, solidariedade, participação e diversidade.

Conforme mencionado, há um considerável intervalo entre o início dos processos de implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a adesão do Estado do Pará e do município de Santarém ao sistema. Além dessa lacuna temporal, há heranças de um processo de implantação não concluído que transita de governo a governo, numa jornada de dez anos desde a adesão de Santarém ao SNC. Nato Aguiar é enfático ao afirmar que, desde a implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) de Santarém, não houve efetivação das políticas culturais. Pixica, o atual gestor, responde:

“Não. Sinceramente, não. Infelizmente, não. Não por falta de disponibilidade do poder público. É aí que eu digo: o que nós precisamos fazer é fazer valer as leis. Principalmente a lei de incentivo à cultura. A lei de incentivo à cultura do município, acho que nunca foi utilizada. Então, os setores culturais precisam procurar conhecimento e até procurar saber como funcionam estas leis do Município, do Estado e da União. Poucos são os segmentos que fazem projetos para essas leis de incentivo.” (Entrevista transcrita)

Tanto Nato Aguiar quanto Pixica concordam que as leis nacionais, estaduais e municipais relacionadas à cultura não têm sido aplicadas. Pixica, no entanto, enfatiza que o poder público está à disposição, mas que os segmentos culturais não buscam entender o funcionamento e a aplicação das leis devido à falta de conhecimento. Essa resposta parece desconexa com a realidade, já que a elaboração de projetos e a participação em editais exigem conhecimentos específicos e qualificados. Cabe ao poder público capacitar os agentes culturais para que possam desenvolver projetos e participar de editais de incentivo à cultura, com base em leis nacionais como a Lei Rouanet, Lei Federal de Incentivo à Cultura, Lei nº 8.313/1991 (Brasil, 1991) e a Lei Semear, Lei Estadual nº 6.572/2003, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 847/2004 (Pará, 2004).

HISTÓRIA E CULTURAS

Não por acaso, a Lei Ordinária Municipal nº 20.033/2016 (Santarém, 2016), que implementa o Sistema Municipal de Cultura de Santarém, prevê um programa de formação, conforme disposto no artigo 2º, inciso VII: Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC. Esse programa precisa ser implantado para atender às expectativas do gestor municipal atual sobre a participação dos segmentos culturais em editais.

As respostas dos entrevistados demonstram que ambos têm conhecimento das leis, mas também reconhecem sua não efetiva aplicação e descontinuidade das obrigações do gestor público. Questionados sobre os avanços e desafios das políticas culturais implementadas na cidade nos últimos dez anos, Nato Aguiar defende:

“A mais importante ação da SEMC no período em que fui gestor, de 2013 a 2016, foi a aprovação na Câmara de Vereadores de Santarém da Lei do Sistema Municipal de Cultura. E aqui cabe referendar a lei do Sistema Municipal de Cultura, que infelizmente não está contemplando os segmentos culturais no momento.” (Entrevista transcrita).

Por outro lado, Pixica menciona:

“Na questão do patrimônio, nós avançamos na retomada do tombamento do patrimônio histórico de Santarém. Na verdade, nós não temos bem tombado em Santarém. Há processos de tombamento, mas eles estão parados. Recentemente tivemos a visita de uma técnica do DEPAC, com quem discutimos a questão deste processo de tombamento. Já observamos que nossa luta é grande e forte no sentido de insistir na preservação do patrimônio histórico local. Na questão cultural, vejo que crescemos. Começamos a valorizar todos os segmentos, desde as promoções de oficinas de cerâmica, realizadas no Museu João Fona, até os grandes festivais que promovemos. Acho que esse crescimento e valorização, atingindo todos os segmentos culturais, é fundamental para a comunidade santarena e para os artistas.” (Entrevista transcrita).

Nota-se certo desalinhamento entre os entrevistados em suas narrativas e compreensões conceituais de cultura e políticas públicas de cultura. Nato Aguiar considera que a Lei do Sistema Municipal de Cultura não contempla todos os segmentos culturais, mas não especifica quais ações foram realizadas em sua gestão para aplicar a legislação ou quais estratégias foram utilizadas para alcançar os agentes culturais. Pixica, por outro lado, afirma ter direcionado ações culturais no município para atividades pontuais e eventos culturais, destacando avanços na retomada do tombamento do patrimônio histórico de Santarém, embora ainda não haja bens tombados. Ele não menciona a Lei 20.033/2016, que implementa o Sistema Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Políticas Culturais, nem aborda a Lei nº 16.661/2014, que trata da preservação do patrimônio cultural e natural do município de Santarém.

Sobre a atuação da gestão municipal no processo de institucionalização da cultura, novamente há contradição entre os entrevistados. A percepção é de que o avanço esperado não ocorreu.

HISTÓRIA E CULTURAS

Nos últimos dez anos, a expectativa sobre o SMC não se concretizou conforme planejado. Nato Aguiar afirma:

“De 2016 para cá, infelizmente não houve avanço. Não se realizou sequer um Fórum para avaliação da realidade e para traçar ações participativas e colaborativas entre gestão e agentes culturais que pudessem minimizar esse descaso.” (Entrevista transcrita)

Pixica, por sua vez, declara:

“Nos últimos cinco anos, nós avançamos. Principalmente com a implantação desses conceitos. Tanto conceito de cultura, quanto conceito de patrimônio histórico. Esses são avanços significativos na política cultural do município. Agora, lamentavelmente, não está funcionando há pouco tempo ainda, mas já existe a lei. Então, como existe a lei, a gente só precisa fazer cumprir.” (Entrevista transcrita)

Diante das respostas apresentadas pelos entrevistados, percebe-se a necessidade de ampliação do conhecimento sobre os sistemas de cultura. A ausência desse conhecimento perpetua práticas divergentes de políticas públicas. Aparentemente, não há vinculação das ações com o fluxo de atividades sugeridas ou exigidas pelo sistema maior do SNC, o que mantém o município em práticas recorrentes que se ajustam a cada mudança de governo, sem a sequência lógica de ações propostas pelo SNC e pela própria Lei municipal do SMC.

A visão reducionista dos gestores sobre a implantação do SMC de Santarém e das políticas públicas de cultura ajustadas a essa lei e à Lei do SNC, restringindo-as ao período de suas gestões, mantém a gestão municipal da cultura num espaço de incongruência. A falta de um olhar mais político-coletivo e a prevalência de um olhar partidário fazem com que a gestão cultural municipal de Santarém vague sem um destino traçado.

A falta de direcionamento dos gestores compromete as bases das políticas públicas apresentadas pelo Sistema Nacional de Cultura, ensaiadas desde 2013 em Santarém. Tanto o gestor público quanto os segmentos culturais não investiram tempo, discussão e prática cultural nas dimensões simbólica, econômica e cidadã. A relação entre cultura e desenvolvimento precisa ser visualizada como eixo de sustentação dos sistemas nacional, estadual e municipal de cultura, cuja realização prática ocorre por meio das conferências municipais, estaduais, setoriais e nacionais, fundamentais para o funcionamento do sistema. Gilberto Gil comenta:

“Cultura, portanto, como a dimensão simbólica da existência social de cada povo, argamassa indispensável a qualquer projeto de nação. Cultura como eixo construtor das identidades, como espaço privilegiado de realização da cidadania e de inclusão social e, também, como fato econômico gerador de riquezas” (Gilberto Gil, 2003, p. 9).

HISTÓRIA E CULTURAS

A falta de uma visão sistemática cria um abismo de incertezas entre o SNC e o SMC, fragilizando possíveis soluções às demandas dos agentes culturais. Essa fragilização é ainda mais agravada pelo fato de Santarém ser alvo de diversos projetos de “desenvolvimento” de grande porte, que exercem influências culturais externas sufocantes sobre as culturas locais. Essas pressões, em nome do desenvolvimento da região, causam danos irreparáveis aos grupos sociais e suas culturas. Paulino (2017) discorre sobre as pressões desses grandes projetos sobre os grupos culturais locais e o impacto de um desenvolvimento desenfreado nas identidades culturais, territórios e memórias desses povos:

“O jogo das relações entre grupos diversos, com identidades próprias e memórias variadas, pode ser visto de forma tácita por toda a região amazônica, embora ao longo dos séculos os grupos culturais da região tenham recebido pressões de todos os lados para alterar ou mesmo abandonar suas peculiares formas culturais” (Paulino, 2017, p. 160–161).

A implantação do Sistema Municipal de Cultura traz consigo ferramentas de gestão que conectam a cultura local à política nacional de cultura. Essas ferramentas sustentam as culturas tradicionais, que sofrem impactos dos sistemas de desenvolvimento não planejados que o município abraça. As fragilidades apresentadas pelos entrevistados são reforçadas ao analisarem os benefícios trazidos à gestão pública da cultura de Santarém com a adesão ao Sistema Nacional de Cultura e os novos mecanismos de acesso a recursos federais, estaduais e municipais para o desenvolvimento cultural local. Nato Aguiar defende:

“Apenas a Lei Aldir Blanc e a possibilidade de novos benefícios, via Lei Paulo Gustavo, beneficiarão o desenvolvimento da cultura em Santarém. Apenas isso.” (Entrevista transcrita)

Pixica também defende:

“Como nós não implantamos totalmente o Sistema Municipal de Cultura, não podemos ter recursos do Sistema Nacional de Cultura, que é descentralizado e democrático. O Ministério da Cultura destina recursos para o município através do Sistema Nacional de Cultura, então nós temos que consolidar nosso sistema para termos acesso a esses recursos. Se você não tem uma lei que contemple o Sistema Nacional, o Sistema Municipal, não tem como acessar esses recursos” (Entrevista transcrita)

Ambos reconhecem a insuficiência da estrutura institucional atual e a falta de uma política de estado que assegure a continuidade das políticas culturais e os recursos disponíveis através do SNC. A avaliação das políticas culturais de Santarém, considerando a adesão ao SNC, destaca o desconhecimento das leis, normas e orientações, criando um vácuo na aplicação das políticas e no atendimento das demandas culturais locais.

HISTÓRIA E CULTURAS

O Sistema Nacional de Cultura (SNC) foi concebido para articular, gerir e promover conjuntamente iniciativas culturais, visando formular e implantar políticas públicas democráticas e permanentes. Este sistema pretende estabelecer um desenvolvimento social pleno através do exercício dos direitos culturais e do acesso às fontes culturais nacionais. Desde a Primeira Conferência Nacional de Cultura em 2005, observamos um percurso de dezoito anos repleto de altos e baixos nas políticas culturais brasileiras, refletindo diretamente nas gestões estaduais e municipais.

A implementação do SNC iniciou-se com a adesão voluntária de estados e municípios, através da assinatura de Protocolos de Intenções, com o objetivo de estabelecer condições e orientar a instrumentalização necessária à implantação do sistema. Durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), houve um período de protagonismo cultural, com uma estrutura sistemática nacional e vinculações institucionais. Porém, após o *impeachment* de Dilma Rousseff e a subsequente mudança de governo, o Ministério da Cultura foi rebaixado ao status de Secretaria Especial, resultando em estagnação no processo de implantação do SNC.

No Pará, os governos de Almir Gabriel (1998-2006), Ana Júlia Carepa (2007-2010), Simão Jatene (2011-2018) e Helder Barbalho (2019-), refletiram essas mudanças nacionais em suas gestões culturais. Em Santarém, os prefeitos Lira Maia (1997-2004), Maria do Carmo (2005-2012), Alexandre Von (2013-2016) e Nélio Aguiar (2017-), também tiveram que adaptar suas gestões culturais às diretrizes nacionais e estaduais.

Em Santarém, a Secretaria de Cultura, que teve à frente Djalma Rêgo (2003), Roberto Alves Vinholte (2005-2006), Jarle Aguiar (2007-2012), Nato Aguiar (2013-2016) e Luís Alberto Figueira (2017-), começou a trabalhar pela implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC) em 2013. Este esforço estava alinhado com a participação do município na rede nacional de municípios e estados aderentes às conferências nacionais de cultura. Entre as ações implementadas durante esse período estão: i) Realização do Fórum Municipal de Cultura; ii) Assinatura do Termo de Adesão ao SNC; iii) Participação na 3ª Conferência Municipal de Cultura; iv) Envio de delegados para a 3ª Conferência Estadual de Cultura; v) Aprovação e publicação da Lei nº 16.661/2014, sobre preservação do patrimônio cultural e natural; vi) Discussão e aprovação da Lei nº 20.033/2016, que institui o SMC de Santarém; vii) Nomeação e posse dos primeiros Conselheiros Municipais de Políticas Culturais; viii) Aprovação da Lei Nº 21.144, de 17 de dezembro de 2020, que institui os instrumentos de gestão do SMC.

Essas ações foram fundamentais para normatizar o sistema local de cultura. No entanto, apesar dos avanços jurídicos e políticos, a prática ainda necessita de desenvolvimento. A efetiva

HISTÓRIA E CULTURAS

atuação dos conselheiros, em harmonia com seus segmentos representativos e em diálogo contínuo com a Secretaria Municipal de Cultura, é essencial para o progresso das estruturas gestoras e para uma ação cultural mais eficaz dos agentes culturais locais.

5.3 Expectativas das políticas culturais para Santarém

A percepção dos entrevistados sobre a implantação das políticas públicas de cultura em Santarém nos últimos 10 anos revela avanços significativos, mas também desafios persistentes. Nato Aguiar e Pixica, gestores culturais de diferentes períodos, ofereceram visões complementares sobre o progresso e as dificuldades encontradas. Nato Aguiar destacou que, comparado ao período anterior a 2012, houve um avanço considerável na implementação de marcos regulatórios para as políticas culturais. Ele enfatizou a necessidade de uma postura mais proativa dos fazedores de cultura, sugerindo que:

“[...] os fazedores/fazedoras de cultura precisam abandonar a postura passiva e melhor se organizar para garantirem o cumprimento pleno das políticas culturais, por meio de discussões e proposições, envolvendo Ministério Público e Câmara Municipal” (Entrevista transcrita)

Pixica, por sua vez, apontou que a implementação de políticas públicas requer tempo para que os resultados sejam visíveis. Ele observou que nos últimos cinco anos houve progresso tanto no sistema de cultura quanto na promoção dos conceitos culturais. No entanto, ele também destacou a politização da cultura, mencionando que:

“[...] nesse País as pessoas sempre falavam e utilizavam a cultura como moeda de troca politicamente falando, e a gente precisa desse cuidado, de levar mais a sério essa questão cultural do município” (Entrevista transcrita)

Para Nato Aguiar, a postura passiva dos fazedores de cultura é um obstáculo, enquanto Pixica critica a utilização da cultura como moeda de troca política. Os entrevistados indicam que os gestores culturais carecem de uma compreensão mais precisa de seu papel e responsabilidades. A gestão cultural não deve ser exclusiva do poder público, mas os gestores precisam conhecer diretrizes, planejamento, execução e avaliação de resultados, considerando informações detalhadas sobre as manifestações culturais locais.

Os entrevistados subestimaram a mobilização dos setores culturais por meio de conferências e fóruns setoriais. Essas ferramentas são essenciais para democratizar e construir coletivamente as políticas públicas de cultura. Programas de capacitação são fundamentais tanto para os fazedores de cultura quanto para a equipe de gestão. O abismo entre a gestão e a participação efetiva pode ser reduzido através do diálogo e compartilhamento de ideias e responsabilidades. De Andrade (2006)

HISTÓRIA E CULTURAS

ressalta que a democratização no Brasil requer uma nova relação entre Estado e sociedade, marcada pela descentralização e participação social.

Pixica sublinhou a importância da participação no Conselho de Cultura e no Conselho de Patrimônio Histórico para a melhoria das políticas culturais. Ele apontou a falta de compromisso dos representantes dos segmentos culturais como um desafio, afirmando que “por conta desse descompromisso dos representantes, o poder público é levado a tomar sozinho as decisões que são urgentes, e que é preciso levar mais a sério a cultura para que os fazedores e fazedoras de cultura sejam valorizados.”

Pixica identificou a baixa participação dos segmentos culturais em eventos e seminários como um impacto negativo. Ele enfatizou a necessidade de maior seriedade e prioridade na gestão cultural para que os fazedores de cultura sejam valorizados. A análise revela uma falta de valorização dos instrumentos de gestão propostos pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), como conferências municipais e programas de formação. Esses elementos são essenciais para sensibilizar e aperfeiçoar o conhecimento dos gestores e fazedores de cultura. A desarticulação dos governos recentes (2016-2022) enfraqueceu o processo de implantação do SNC. A promulgação da Lei Aldir Blanc em 2022 reacendeu o movimento cultural, com segmentos culturais focados em finalizar a implantação dos sistemas de cultura e acessar recursos das novas leis de apoio cultural.

Para resumir as diferentes abordagens e evoluções nas políticas culturais em Santarém, foi realizada uma análise comparativa entre as gestões de Raimundo Nonato Aguiar (2013-2016) e Luis Alberto Figueira (2017-2022). A seguir, apresentamos no quadro 1 as principais características, conquistas, desafios e visões de futuro de cada gestão:

Quadro 1: Comparativo entre as Gestões de Cultura em Santarém (2013-2022)

Categoria	Gestão Raimundo Nonato Aguiar (2013-2016)	Gestão Luis Alberto Figueira (2017-2022)
Perfil do Gestor	Artista local, músico e professor de música	Advogado e contador
Abordagem das Políticas Culturais	Democratização da cultura, inclusão dos fazedores de cultura	Fortalecimento das políticas culturais, foco na eficiência administrativa
Principais Conquistas	Implementação inicial do Sistema Municipal de Cultura, inventário de patrimônios culturais	Expansão das ações culturais, políticas inclusivas e participativas
Desafios Enfren-	Falta de apoio institucional, dificul-	Resistência política, necessidade de

HISTÓRIA E CULTURAS

tados	dades financeiras, resistência à mudança	articulação institucional, desafios na consolidação das políticas
Contribuições para a Cultura Local	Participação ativa em projetos culturais, organização de eventos	Coordenação de projetos culturais, articulação com diferentes segmentos da sociedade
Percepção dos Gestores sobre a Cultura	Necessidade de maior envolvimento da comunidade, investimentos em educação patrimonial	Importância de políticas públicas robustas, maior financiamento para a cultura
Visão para o Futuro da Cultura em Santarém	Estabelecimento das bases do Sistema Municipal de Cultura, superação de barreiras institucionais	Consolidação do sistema, ampliação das políticas, maior inclusão social

41

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates sobre as políticas públicas de cultura na última década, com foco no processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura de Santarém, destacam avanços e desafios. O sistema foi adotado, mas a efetividade das políticas culturais municipais ainda é insatisfatória. Os gestores entrevistados divergem em suas percepções sobre a aplicação das leis e a efetividade das políticas culturais. A formação e capacitação dos agentes culturais para a participação em editais de incentivo são identificadas como áreas críticas. A Lei Ordinária Municipal nº 20.033/2016, que implementa o Sistema Municipal de Cultura de Santarém, prevê um programa de formação, mas sua efetivação ainda não foi realizada.

As respostas dos gestores mostram a necessidade de uma maior compreensão dos sistemas de cultura e a importância de um olhar coletivo e político para a gestão cultural. A falta de continuidade e a visão partidária prejudicam o avanço das políticas públicas de cultura. A fragilidade das políticas culturais em Santarém é agravada pela pressão de projetos de desenvolvimento que impactam negativamente as culturas locais. A implantação do Sistema Municipal de Cultura visa conectar a cultura local à política nacional de cultura, proporcionando ferramentas de gestão que sustentem as culturas tradicionais. Conclui-se que, para um desenvolvimento cultural efetivo, é fundamental fortalecer a formação e a capacitação dos agentes culturais, assegurar a continuidade das políticas públicas e promover uma visão coletiva e política para a gestão cultural. A efetivação das políticas culturais depende da articulação entre o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Municipal de Cultura, garantindo recursos e apoio necessários para o desenvolvimento cultural local.

REFERÊNCIAS

HISTÓRIA E CULTURAS

AJZENBERG, Elza. A Semana de Arte Moderna de 1922. **Revista de Cultura e Extensão USP**, [s. l.], v. 7, p. 25–29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rce/article/view/46491>. Acesso em: 3 jul. 2024.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. Ditadura militar brasileira e política nacional de cultura (pnc): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 4, n. 7, p. 317–340, 2016. Disponível em: <http://agora.edu.es/servlet/articulo?codigo=5896090>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: BARBALHO, Alexandre **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: edufba, [s. l.], p. 37–60, 2007. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Barbalho-politicas_culturais_no_Brasil.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2013. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=C3PTDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=BAUMAN,+Zygmunt.+A+cultura+no+mundo+l%C3%ADquido+moderno.+Tradu%C3%A7%C3%A3o+de+Pl%C3%ADnio+Dendzien.+&ots=__OUDqKKg&sig=4maX_QQkeyYHSbZBX0rNvtcwcMU. Acesso em: 3 jul. 2024.

BOSI, Alfredo; CAPINHA, Graça. **Dialética da colonização**. [S. l.]: Companhia das letras São Paulo, 1992. Disponível em: <https://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bosi,%20Alfredo/Dialetica%20Da%20Colonizacao.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Lei Rouanet. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, n. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 23 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm. Acesso em: 3 jul. 2024.

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], p. 137–156, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/7rG4ff9CYrHN5CtTgNwmvnp/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. **A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100912035750/5canclini.pdf>.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 48, p. 1093–1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/>. Acesso em: 3 jul. 2024.

HISTÓRIA E CULTURAS

DA SILVA, Júlia Alexim Nunes. **Direito à cultura: 1934 vs. 1988**. 2007. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2007/resumos/DIR/julia_alexim_nunes.pdf. Acesso em: 3 jul. 2024.

DE ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira. **Só a antropofagia nos une**. Clacso Caracas, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/download/50845684/Estudios_20y_20ot_85as_20pr_Elcticas_20.pdf#page=121. Acesso em: 3 jul. 2024.

DE ANDRADE, Jackeline Amantino. Redes de atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil?. **Gestão & Regionalidade**, v. 22, n. 64, 2006. Disponível em: http://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/download/56/17. Acesso em: 3 jul. 2024.

DOS SANTOS JR, Moisés Gonçalves dos Santos; BRITO, Luciana. O moderno canibal: Oswald/Tarsila e a metáfora antropofágica na literatura nacional. **Revista Iuminart**, [s. l.], n. 7, 2011. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/revistailuminart/index.php/iluminart/article/view/120>. Acesso em: 3 jul. 2024.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. 2006. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6833/1593.pdf?sequence=1&isAllowe>. Acesso em: 3 jul. 2024.

GIL, Gilberto. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. UNESCO Brasil: [s. n.], 2003.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Tradução de Monica Stahel. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2016.

PARÁ. Decreto nº 847, de 08 de janeiro de 2004. **Diário Oficial do Estado**, n. Decreto nº 847, de 08 de janeiro de 2004, 8 jan. 2004. Disponível em: <http://lex.pge.pa.gov.br/atos/view/732>. Acesso em: 3 jul. 2024.

PAULINO, Itamar Rodrigues. **A Amazônia entre culturas, identidades e memórias**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

PAULINO, Itamar Rodrigues. *A Justiça é Imortal: abordagem teológica a partir do livro da Sabedoria*. 1997. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Instituto São Paulo de Estudos Superiores, São Paulo, 1997.

PETRÓPOULOS, Ioánnis. Desconstruindo o conceito de bárbaro com a ajuda de Kaváfis. **Ελληνικο βλεμμα**, [s. l.], n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ellinikovlemma/article/view/33684>. Acesso em: 3 jul. 2024.

ROOSEVELT, A. C. *et al.* Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: **The Peopling of the Americas**. **Science**, [s. l.], v. 272, n. 5260, p. 373–384, 1996. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.272.5260.373>. Acesso em: 1 jul. 2024.

HISTÓRIA E CULTURAS

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **GALÁxia**. **Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, [s. l.], n. 13, p. 101–113, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SANTARÉM. **Lei nº 20.033, de 20 de junho de 2016**. 20 jun. 2016. Disponível em: <https://sapl.santarem.pa.leg.br/norma/1496>. Acesso em: 3 jul. 2024.

VAZ, Henrique C. Cultura e universidade. **Cultura e universidade**, [s. l.], 1966. Disponível em: <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130282269342339968>. Acesso em: 3 jul. 2024.

44